

Donde están los reales? A distribuição da renda petroleira na Venezuela bolivariana

Vicente Neves da Silva Ribeiro

Resumo: A presente comunicação visa traçar uma dupla vinculação do Processo bolivariano. Por um lado, com a onda de governos progressistas presente na América do Sul e em especial sua relação com a alta dos produtos primários de exportação. Por outro, com a história da Venezuela petroleira, período em curso desde o início do século XX marcado por sua condição de exportadora de petróleo. Busca-se abordar a Venezuela bolivariana a partir da distribuição da renda petroleira, analisada a partir de diferentes mecanismos, entre os quais destacamos a arrecadação fiscal petroleira e a taxa de conversão das divisas para a moeda nacional. A renda petroleira é compreendida como uma capacidade de compra no mercado mundial que no seu processo de distribuição troca de mãos sem modificar sua natureza. Neste sentido, será apresentada a dimensão da fuga de capitais durante o período estudado e sua relação tanto com características estruturais da Venezuela petroleira quanto com traços próprios da Venezuela bolivariana.

Palavras-chave: Venezuela Bolivariana; Renda petroleira; Petróleo

Donde están los reales? The distribution of oil rents in Bolivarian Venezuela

Abstract: The purpose of this paper is to trace a double link with the Bolivarian Process. On the one hand, with the wave of progressive governments present in South America and especially its relation with the rise of primary export products. On the other, with the history of Oil Venezuela, a period in progress since the beginning of the twentieth century marked by its status as an oil exporter. The aim is to approach Bolivarian Venezuela based on the distribution of oil rents, analyzed from different mechanisms, among which we highlight the fiscal revenues from oil and the conversion rate of the currencies to the national currency. Oil rent is understood as a purchasing power in the world market that in its distribution process change his owner without changing its nature. In this sense, it will be presented the size of the capital flight during the period and its relationship with both the structural characteristics of Oil Venezuela and the characteristics of Bolivarian Venezuela.

Keywords: Bolivarian Venezuela; Oil Rent; Oil

O Processo Bolivariano é definido como o período aberto pela chegada ao governo do movimento bolivariano encabeçado por Hugo Chávez, com sua transformação do regime político expresso na nova constituição de 1999, estabelecendo um novo marco normativo bem como mudanças nas principais organizações políticas. Situamos esse processo numa história mais ampla, na história da Venezuela petroleira, período histórico marcado pela inserção do país no mercado mundial na condição de exportador de petróleo. Seu marco inicial é quando, há exatos cem anos, foram exportados os primeiros barris de petróleo (MOMMER, 2016, p. 22). Assim, parte da tarefa de pensar

historicamente a Venezuela recente é explicitar a história mais ampla na qual a inserimos para a partir desses marcos pensa-la em suas mudanças e permanências.

Igualmente é possível situar o processo bolivariano, numa perspectiva mais sincrônica, na sua relação com os demais países da América do Sul, explorando especialmente a relação entre o ciclo de governos progressistas e auge dos preços dos produtos primários de exportação.

Esta comunicação se insere no processo de pesquisa de doutorado intitulado “Os caminhos de uma nova *siembra petrolera*: distribuição e circulação da renda petroleira na Venezuela bolivariana (2003-2013)”. Analisamos o período marcado pela ampliação do controle do governo Chávez sobre a empresa petroleira estatal, a Petróleos de Venezuela SA (PDVSA), após o ciclo insurrecional vivido entre 2001 e 2003, marcado pelo golpe de abril de 2002 e por paralisações empresariais, entre as quais se destaca a paralisação petroleira, finalizada em fevereiro de 2003. Nesse mesmo período o governo estabeleceu o controle de câmbio, estabelecendo um controle mais estreito sobre a principal fonte de divisas e sobre os mecanismos de acesso. Esse momento coincide igualmente com um aumento sustentado dos preços internacionais do petróleo e uma progressiva radicalização do horizonte de transformação do movimento bolivariano, no qual emerge uma perspectiva socialista. O limite da nossa investigação

Nesta comunicação apresentaremos algumas das discussões desenvolvidas no ano de 2016 e relacionadas à distribuição da renda petroleira, em especial sua relação com as políticas sociais. Aqui não faremos uma quantificação de tal processo de distribuição, tarefa em andamento na pesquisa, mas buscaremos apresentar uma problematização relacionando a renda petroleira com a questão social venezuelana.

Pagar a dívida social com a renda petroleira. Este talvez seja um dos objetivos que melhor defina o projeto bolivariano encabeçado por Hugo Chávez. Seu ponto de partida é a profunda crise vivida pela Venezuela desde o início dos anos 1980 e agudizada no final dos anos 1990. Após quase 20 anos é possível realizar um balanço dessa distribuição.

O processo bolivariano se caracteriza por uma ampliação da política social, especialmente voltada para o segmentos mais pobres da população. Este processo esteve sustentado em uma ampliação do fundo público, não através de um aumento do excedente

produzido internamente apropriado pelo Estado, mas devido ao aumento do excedente petrolífero arrecadado enquanto renda. Este será um elemento decisivo. Mais do que um processo de redistribuição através de uma maior progressividade na tributação trata-se de uma distribuição de uma renda petrolífera internacional, produzida no âmbito do mercado mundial e captada pelo Estado venezuelano na condição de proprietário de um recurso natural.

A explicação das características e amplitude dos segmentos mais pobres da população deve ser lida desde o conceito de população trabalhadora excedente para o capital. Como veremos, a renda petrolífera permitirá melhorar as condições de vida deste setor sem modificar as determinações estruturais que o reproduzem.

É decisivo abordar a política social para além dos próprios termos nos quais se apresenta, isto é do discurso produzido sobretudo desde o aparelho de Estado. Seguindo as indicações adiantadas anteriormente, buscaremos dialogar com os autores que situam a relação entre política social, renda petrolífera e sobrepopulação relativa.

A tese apresentada por Seiffer, Kornbliht e de Luca (2012) é que a política social venezuelana está voltada à contenção da crescente população excedente para o capital. Realizando uma interessante comparação entre Argentina e Venezuela, os autores defendem que durante o período neoliberal já poderia ser identificado um aumento do gasto social, que veio a ser intensificado durante o período chavista e kirchnerista. Esta mudança, fundamentalmente quantitativa, estaria vinculada ao aumento da apropriação da renda da terra petrolífera pelo Estado.

Como demonstra Asdrúbal Baptista (2010), o capitalismo rentístico a partir de determinado momento deixa de potencializar a acumulação de capital, ocasionando seu colapso. Desta forma, uma parcela crescente do orçamento público deverá ser destinada à população trabalhadora excedente, que não é empregada diretamente pelo capital ou é remunerada abaixo do necessária para sua reprodução. Este modelo pode ser complementado pela fuga estrutural de capitais que caracteriza o país e que atinge sua máxima potência nos períodos de auge petrolífero (MEDINA SMITH, 2004; SUTHERLAND, 2016).

Retomando Seiffer, Kornbliht e de Luca (2012) defendem a inexistência de mudanças radicais na política social, defendendo a existência somente de uma ampliação do gasto social, aprofundando uma tendência existente no período neoliberal. Seria

necessário destacar, entretanto, que a ampliação da renda petroleira disponível foi objeto de aguda disputa política entre os anos 2001 e 2003 não se tratando portanto de mero resultado do aumento dos preços do petróleo. Assim, a retomada da estratégia de maximização da renda petroleira se enfrentou com uma estratégia de acumulação do capital no setor petroleiro, dentro e fora das fronteiras da Venezuela, que reservava ao proletariado venezuelano a manutenção de sua condição excedente para o capital e uma deterioração contínua de suas condições de vida. Compreender essa tensão e a forma como tal disputa ocorreu entre os anos 2001 e 2003 será decisivo para a compreensão da dinâmica do processo bolivariano.

Em todo caso, a apreciação de Seiffer, Kornblihtt e de Luca é bastante interessante pois questiona uma visão excessivamente otimista da ampliação do gasto social. O projeto bolivariano, expresso na Agenda Alternativa Bolivariana, estava ancorado em uma ampliação da arrecadação fiscal petroleira e no pagamento da dívida social, produzindo um ponto cego para as reflexões críticas.

Como alguns textos de Jorge Giordani (2009) indicam, a necessidade de resolver demandas urgentes da população, pela via do consumo, foi priorizada frente a investimentos que permitissem ampliar a capacidade produtiva do país. Uma parcela crescente da população venezuelana que vivia em condições de pobreza e pobreza extrema melhorou seu nível de vida, passando a ter acesso à alimentação, educação e saúde. Entretanto, tais políticas estiveram dependentes de uma renda petroleira crescente, como tornou-se dramaticamente evidente a partir da queda dos preços do petróleo em 2014.

Nesse contexto de melhorias de vida da população trabalhadora, em especial a parcela não empregada diretamente pelo capital, os capitalistas venezuelanos se movimentaram para se apropriar de parcela crescente da renda petroleira e realizar uma das mais significativas fugas de capitais da história (SUTHERLAND, 2016). O processo de acumulação venezuelano tendeu a exportar capital ao longo dos anos, mesmo em um contexto de controle de câmbio. Tais regulações não foram capazes de impedir que ao longo dos últimos anos os recursos em contas no exterior de venezuelanos aumentassem de forma crescente.

Burocracia e fundo público

Conforme indicamos acima, o fundo público venezuelano tem como característica um significativo componente rentístico. Isto o torna agudamente dependente do mercado mundial e relativamente independente dos processos produtivos realizados no âmbito nacional. Esta situação nos permite colocar a especificidade da autonomia relativa do Estado venezuelano e igualmente a autonomia relativa que a burocracia pode deter em certas circunstâncias.

Entretanto, a autonomia da burocracia rentista está centrada menos no seu controle sobre os processos de produção e circulação e mais sobre a apropriação primária do excedente petrolífero na forma monetária. Desta forma, a distribuição e circulação do provento rentístico obedece a determinações que tendem a direcioná-lo para os capitalistas. Esta será basicamente a tese de Asdrúbal Baptista: o lucro excedente do setor petrolífero se tornará lucro excedente do setor não-petrolífero, mediado pela sua apropriação enquanto renda pelo Estado (BAPTISTA, 2004).

O processo bolivariano a partir de 2003 irá se caracterizar por um controle de câmbio que será mantido durante um auge petrolífero. Fato pouco usual na história venezuelana pois os controles de câmbio anteriores ocorreram em período de queda da renda petrolífera disponível. Isso permitiu que a burocracia obtivesse uma maior autonomia, pois não estava regulando o acesso à escassez de divisas e sim a uma verdadeira enchente de petrodólares.

Podemos falar de modalidades diferenciais de autonomia da burocracia e a partir desta visão analisar de forma mais detida a relação desta com os capitalistas. Para pensar essa relação podemos contrastar com a seguinte citação de Mandel:

Quais são os mecanismos concretos pelos quais se exerce o controle da classe burguesa sobre o aparelho de Estado no capitalismo tardio? A dominação financeira e econômica da máquina estatal – segundo o axioma marxista de que a classe social que controla o sobreproduto social controla também a superestrutura financiada por ele – continua prevalecendo em grande medida, ainda que seja cada vez menos enfatizada nos escritos marxistas mais recentes sobre essa questão (1982, p. 345)

Justamente a sustentação fiscal do aparelho de Estado na Venezuela detém características específicas que lhe conferem uma modalidade diferencial de autonomia em relação aos capitalistas. Ao mesmo tempo a dinâmica da reprodução do capital a determina igualmente, sendo assim além da conversão de poder em dinheiro possível para esse setor social, esta poderá aprofundar tal processo e transitar ela mesma para a

condição capitalista.

Proletariado e capitalismo rentístico

A situação da classe trabalhadora venezuelana revela algumas características importantes. Por um lado, um alto grau de proletariedade e por outro um conjunto de diferenciações que dão lugar a diferentes frações.

Lejos de ser homogénea, se trata de una clase obrera atravesada por diferentes fracciones producto del tipo de fuerza de trabajo que venden, o incluso del hecho de que ésta pueda o no venderse en condiciones normales. Es decir, dichas divisiones están determinadas por el carácter del capital que las emplea (o desemplea).

En este sentido, observamos que la historia venezolana está marcada en las últimas décadas por un colapso económico producto de una mayoría de capitales que, incapaces de sostener la productividad media, quedan relegados en la competencia internacional. El resultado, como veremos, es un aumento de las fracciones de la clase obrera que el capital no explota en forma directa (desempleo abierto), o que lo hace en condiciones peores a la media mundial (sobreempleo, empleo informal, empleo público, y en ramas de producción obsoletas) (DE LUCA; SEIFFER; KORNBLIHTT, p. 159, 2013).

Os autores explicam o colapso existente pela incapacidades da maioria dos capitais sustentar a produtividade média e serem competitivos em nível mundial. Ao longo do século XX os processos desenvolvimentistas se basearam numa transferência dos setores que capturam a renda da terra internacional para sustentar o processo de acumulação em setores com produtividade abaixo da média mundial, como o setor industrial. Este processo ocorreu de forma marcante na Venezuela através de diversos mecanismos de transferência: baixa carga fiscal, crédito subsidiado, demanda efetiva garantida, barreiras alfandegárias às importações de certos bens finais, subsídios cambiais às importações de insumos e equipamentos. De acordo com os autores, assim como nos demais países latino-americanos o processo de expansão industrial se dá por meio de transferências de uma renda da terra internacional associada ao setor primário-exportador, no caso da Venezuela o setor petrolífero.

Este processo se detém no final da década de 1970 com aquilo que Baptista chama colapso da acumulação rentística de capital (BAPTISTA, 2010; 2004). Em que pese um conjunto de políticas para sustentar a acumulação de capital no setor industrial, o auge petrolífero da década de 1970 tem como consequência uma sobreacumulação de capital que tendeu a incrementar a fuga de divisas (traço estrutural da economia

venezuelana acentuado em período de auge) e uma queda abrupta do investimento.

Se existe uma quase total proletarização da força de trabalho na formação social venezuelana, parcela expressiva desta não é diretamente explorada pelo capital, entre os quais se encontram um vasto contingente de servidores públicos (atualmente cerca de um terço dos assalariados) e um perene setor de trabalhadores por conta própria, ao qual voltaremos mais adiante.

O colapso da acumulação rentística de capital tem como uma de suas evidências a queda da população formalmente assalariada. Ater-se à presença do contrato formal de trabalho para uma definição do assalariamento e até mesmo da proletarização oculta a manutenção de um vasto proletariado expropriado inclusive de determinado quadro jurídico para sua exploração (FONTES, 2010). Tal situação não atenua em nada sua condição proletária, antes a aprofunda.

Conforme indicamos mais acima, uma das chaves do debate sobre o grau de proletarização da população venezuelana são os setores definidos nos levantamentos do Instituto Nacional de Estatística como trabalhadores por conta própria, *cuentapropistas*. Diversos estudos debatem a ampliação recente desse setor (RIVAS, 2016). Visando verificar a condição proletária deste segmento, De Luca, Seiffer e Kornblihtt analisam a média de remuneração dos *cuentapropistas* em relação à média salarial e evidenciam que esta encontra-se permanentemente por baixo, oscilando entre 65%-75% da remuneração dos assalariados. Constitui-se uma evidência interessante da proletariedade desta condição e não tratar-se de produção mercantil simples (2013, p. 162).

Em poucas palavras, a Venezuela se caracteriza por uma extensa e aprofundada proletarização de sua população, pela magnitude da sobrepopulação relativa e pelo papel cumprido pela renda petroleira para conter as consequências desta brecha.

Justamente este papel será acentuado pelo colapso da acumulação rentística de capital. Uma parcela crescente da população deverá submeter-se a condições de exploração ainda mais violentas tendo em vista a ausência de contrato de trabalho, outra parte deverá reproduzir-se trabalhando por conta própria, sem atenuar de nenhuma maneira sua proletariedade.

O processo bolivariano como resposta ao colapso do capitalismo rentístico: renda petroleira e política social

O colapso do capitalismo rentístico no final da década 1970 deteriorou as condições de vida da maioria da população, especialmente a partir do momento em que a renda petroleira não foi capaz de sustentar a sobrepopulação relativa gerada pelo colapso. Pouco antes das eleições de 1998 e com o preço do petróleo aproximando-se em termos reais dos patamares anteriores à década de 1970 a maioria da população foi jogada na pobreza e na pobreza extrema. A Agenda Alternativa Bolivariana (AAB), programa da candidatura de Hugo Chávez, propugnava fortalecer novamente a arrecadação fiscal petroleira para pagar a dívida social. Estes dois elementos serão decisivos para compreender o processo bolivariano. Por um lado, o caminho para expandir a arrecadação estatal passava por uma dupla estratégia que afirmava a propriedade nacional sobre o petróleo tanto frente aos países consumidores quanto frente à empresa extratora, a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). O governo Chávez encabeçou uma retomada da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, diminuindo de forma coordenada a extração de petróleo e realizando uma estratégia de bandas, com um piso e um teto nos preços do petróleo que permitira aos países exportadores regularem sua oferta de petróleo no mercado mundial. Expressão deste novo momento foi a realização da II Cúpula da OPEP em Caracas. Os preços do petróleo dependem de um conjunto de variáveis nas quais se incluem para além de seus aspectos físicos de oferta, demanda, investimentos, etc, um componente especulativo importante, dificultando estabelecer uma causalidade linear para a dinâmica dos preços do petróleo. Entretanto é possível afirmar que o aumento dos preços do petróleo ocorrido na virada do século esteve relacionada à maior coordenação dos países da exportadores, ainda que os aumentos posteriores se devam em grande medida a outros fatores.

A afirmação da propriedade nacional seria realizada igualmente na sua relação com a PDVSA, empresa petroleira que tem como único acionista o Estado venezuelano. A crise dos anos 80 e 90 assistiu à emergência de uma estratégia própria da petroleira, centrada na sua expansão como empresa global em detrimento de sua contribuição fiscal. Na AAB, diversos mecanismos fiscais foram aventados para ampliar esta contribuição, entre os quais se destacam a retomada dos valores fiscais de exportação, mecanismo através dos quais o Executivo através do Ministério de Energia e Minas fixava preços de referência para a exportação, não dependendo dos vaivéns mais imediatos do mercado e permitindo um controle mais rigoroso sobre essa variável. Finalmente o caminho seguido foi a ampliação dos royalties, impostos fixos que dependem dos preços

e volumes exportados, em detrimento dos impostos cobrados após a dedução dos custos, incidindo somente sobre o excedente de exploração. Tal mudança se plasmaria na Lei Orgânica de Hidrocarbonetos de 2001, marco decisivo da nova política petroleira e da abertura do ciclo insurrecional vivido pelo país nos anos seguintes. Em contexto polarizado com alto grau de mobilização entre ambos os campos, a Venezuela viveu entre marchas e contramarchas e ocasionalmente entre golpes e contragolpes.

Este será o eixo orientador do governo bolivariano: pagar a dívida social através de um conjunto de políticas sociais sustentados na expansão da renda petroleira. A questão social venezuelana está estreitamente relacionado à sobrepopulação relativa ampliada pelo colapso da acumulação rentística de capital¹⁴. O novo ciclo aberto a partir de 2003, ao qual às políticas de aumento da arrecadação fiscal petroleira se soma um aumento sustentado dos preços do petróleo, se caracterizará pela criação de políticas sociais massivas e pela elevação do nível de vida de amplas parcelas da população. Durante esse ciclo, inaugurado por um violento enfrentamento com os capitalistas da Venezuela e sustentado em uma crescente renda petroleira, emerge uma perspectiva socialista.

Alguns apontamentos iniciais podem ser feitos sobre os sentidos do socialismo no processo bolivariano. Há indicações importantes que tanto desde as políticas públicas quanto da compreensão que grande parte da população, sua definição passa pela centralidade da política social. Como vimos acima, a emergência da “questão social” é inerente à história do capitalismo e está associada ao aumento de uma sobrepopulação relativa. Justamente, os mecanismos que provocam tal aumento não foram colocados em questão, restringindo-se a uma ampliação dos recursos destinados a mitigar suas consequências.

Considerações finais

Apresentamos a seguir algumas questões que devem ser aprofundadas partindo dos debates apresentados até o momento. Tendo em vista as leituras realizadas e o andamento da pesquisa, indicamos duas chaves de leitura, com enfoques distintos, as quais nos interessa articular.

Considerando um aumento da sobrepopulação relativa, quais os mecanismos necessários para o seu disciplinamento? O assalariamento longe de se resumir a uma

forma de remuneração, é uma relação social que permite disciplinar o proletariado, realizando a mediação entre sua condição expropriada e sua reprodução. Tal condição impõe um conjunto de determinações não só na esfera da produção mas igualmente na esfera de sua reprodução (padrões de consumo, relações familiares, etc). Quando consolida-se a sobrepopulação relativa, quando parcela crescente da população sobra para as necessidades de acumulação de capital, o que acontece? A política social permite sua incorporação como consumidora, sustentando uma demanda efetiva, por um lado, e disciplinando-a, por outro. Esta constitui-se uma plataforma para a sustentação do convencimento, para a incorporação subordinada destas amplas massas dentro da reprodução da ordem.

Entretanto seu disciplinamento não prescinde de um aparato repressivo, militar e policial. No caso venezuelano, o atual contexto de queda renda petroleira disponível, a ampliação do aparato policial e para-policial revela-se preocupante. Ainda que sob uma retórica anti-imperialista, tal ampliação tem como alvo basicamente o disciplinamento dos setores populares, muitas vezes através de sua incorporação pura e simples nestas forças.

O momento vivido pela Venezuela é de crise. A retomada do controle de PDVSA e a ampliação da renda petroleira permitiram elevar as condições de vida de vastas parcelas da população. A queda nos preços do petróleo a partir de 2014, associada a um aumento do serviço da dívida externa, reduziu a capacidade de importação de forma abrupta sem gerar as condições para uma retomada da produção interna suficiente para preencher a brecha. Esta situação abre caminho para o crescimento de um mercado paralelo de produtos indispensáveis, multiplicando o preço das mercadorias em relação às tentativas de regulação realizadas pelo governo. De acordo com Sutherland:

En las crisis estructurales, cómo ésta, los pingues esfuerzos bolivarianos por disfrazar a millones de personas de su condición de población obrera sobrante (POS) para el capital, naufragan. Es decir, personas carentes de medios de producción que el proceso de acumulación de capital no encuentra como explotar bajo ninguna relación de valorización, han sido “sostenidas” a fuerza de transferencias estatales y enormes subsidios para evitar que no se sumerjan en la miseria extrema. El 2016 es el año del fin del espejismo donde la economía estalla en su impotencia de sostener a la POS. La forma política que toma el final de la distribución asistencial de la renta es el ajuste económico (SUTHERLAND, 2016, p. 6)

A reflexão crítica sobre Estado, fundo público e política desenvolvido na área do Serviço Social brasileira tem grande contribuição para a explicação do processo

bolivariano. Pensar criticamente desde a própria contradição, como o fazem alguns de seus intelectuais, permite nos aproximar criticamente das experiências do ciclo de governos de esquerda da América Latina, focando não tanto em suas mais evidentes debilidades mas sim nas suas aparentes fortalezas. A crise vivida atualmente pela Venezuela dá a medida da urgência dessa reflexão para as lutas emancipatórias dos trabalhadores.

Por fim, o processo bolivariano não pode ser reduzido ao disciplinamento pelo consumo da sobrepopulação relativa. Trata-se igualmente de um momento de ascensão de importantes parcelas da classe trabalhadora à luta política, com imensas potencialidades emancipatórias. É expressão da recusa a ser reduzido à condição de excedente para o capital, expressa na visão liberal do setores populares como uma “*masa turbulenta y parásita que el Estado debe disciplinar y el mercado tornar productiva*” (CORONIL, 2002, p. 418). O legado mais importante do processo bolivariano é a emergência dos setores populares sujeito político e afirmar-se como proprietário de uma riqueza natural e poder, graças a isso, melhorar suas condições de vida. Justamente mora aí o potencial e o limite do processo bolivariano e do povo bolivariano como sujeito histórico. Esse limite, já intuído no período do auge petroleiro e vivido hoje de forma dramática, se funda em não ter superado sua condição estruturalmente dependente do capital, sua proletariedade, somente mitigada de forma temporária pela presença massiva da renda petroleira.

A experiência das parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora venezuelana enquanto um sujeito político, povo bolivariano, passa por somar-se. Somar-se permitiu dividir a renda petroleira e melhorar sua condição de vida, hoje este somar-se necessita urgentemente produzir a riqueza necessária para viver.

Bibliografia

FONTES, Virgínia (2010). <i>Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história</i> . Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ.
GIORDANI, Jorge (2009). <i>La transición venezolana al socialismo</i> . Caracas: Vadell Hermanos Editores.

MANDEL, Ernest (1982). <i>O capitalismo tardio</i> . São Paulo: Abril Cultural.
MATTOS, Marcelo Badaró (2015). <i>Sobre a classe trabalhadora</i> (texto para discussão).
MEDINA SMITH, Emilio Jesús (2004). La fuga de capitales en Venezuela, 1950-1999. Caracas: BCV.
OLIVEIRA, Francisco de. <i>Os direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita</i> . Petrópolis: Vozes, 1998.
POULANTZAS, Nicos (2000). O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal.
RIVAS, Orangel (2016). “Depauperación de la clase obrera”. <i>I Encuentro Venezolano de Economía Política Marxista</i> . Caracas: Escuela Venezolana de Planificación.
SALVADOR, Evilásio. “Financiamento tributário da política social no pós-real”. In: SALVADOR, Evilásio et al. (org.)(2012). <i>Financerização, fundo público e política social</i> . São Paulo: Cortez.
SEIFFER, Tamara; KORNBLIHTT, Juan; DE LUCA, Romina (2012). “El gasto social como contención de la población obrera sobrante durante el kirschnerismo y el chavismo (2003-2010)”. <i>Cuadernos de Trabajo Social</i> , v. 25, n. 1.
SUTHERLAND, Manuel (2016). <i>2016: la peor de las crisis económicas, causas, medidas y crónica de una ruína anunciada</i> . Caracas: CIFO.